



**ILMA. SRA. CAMILA FONSECA DA SILVA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE OLEGÁRIO-MG.**

**REF.: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 072/2022 - MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº  
008/2022**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA DE ACORDO COM AS DEMANDAS DA  
SECRETARIA MUNICIPAL FAZENDA INCLUINDO ACOMPANHAMENTO, APURAÇÃO E  
IMPUGNAÇÃO DO VAF COM A PROMOÇÃO DE MEDIDAS VISANDO A ELEVAÇÃO DO ÍNDICE  
DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO NAS RECEITAS DO ESTADO.

**JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, inscrita  
OAB/MG sob o n. 5.697 e no CNPJ 18.985.386/0001-01, com sede na Rua Fernandes Tourinho, 999 – sala  
202, Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP 30112-003, vem, respeitosamente, por meio de sua Representante  
Legal já devidamente credenciada nos autos, conforme procuração em anexo, apresentar **RECURSO**  
**ADMINISTRATIVO** em razão da sua inabilitação, nos termos do Edital, da Lei 8.666/1993 e dos fatos e  
fundamentos a seguir expostos.

#### **1 – TEMPESTIVIDADE:**

O prazo para interposição do recurso administrativo é de 05 (cinco) dias úteis, conforme  
estabelecido no art. 109, I, “a” da Lei 8.666/93, senão vejamos:

*“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da  
ata, nos casos de:*

*a) habilitação ou inabilitação do licitante;”*

Considerando que a sessão ocorreu em 20 de junho último, segunda-feira, o término do  
prazo para interposição do recurso encerra em 27 de junho, segunda-feira e, portanto, inegável a  
tempestividade do recurso apresentado nesta data.

Logo, requer-se o recebimento do presente para o seu devido processamento e apreciação  
legal.



## **2 – BREVE RELATO DOS FATOS:**

Em apertada síntese, por se tratar de licitação instaurada na modalidade Tomada de Preços, a Recorrente solicitou o seu cadastro enviando os documentos em 19 de maio de 2022 por e-mail (conforme permitiu o edital), com a antecedência mínima necessária a fim de enviar os documentos através dos correios (conforme também permitiu o edital). No entanto, mesmo após várias cobranças, recebeu o CRC somente em 13 de junho de 2022, ou seja, quase 1 (um) mês depois e próximo à data de abertura do certame, quase não tendo tempo hábil de enviar os documentos através dos correios e participar da licitação.

Felizmente os documentos chegaram a tempo para participação do presente certame, ocorrendo a sessão em 20 de junho de 2022, às 09:00 hrs. Entretanto, para sua surpresa, a Recorrente recebeu a ata de sessão por e-mail, com a decisão de sua inabilitação pelos seguintes motivos: **i)** não apresentou Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no envelope número 1, conforme exigido no edital, somente no credenciamento e **ii)** apresentou apenas a Confirmação de Autenticidade para comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal.

No entanto, com devido respeito, esta decisão não merece prosperar, tendo em vista que a Recorrente cumpriu todos os requisitos de habilitação, conforme demonstraremos a seguir.

Confira-se.

## **3 – MÉRITO - DO CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS:**

O **primeiro motivo de inabilitação da Recorrente** foi pela **ausência de apresentação da Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no envelope número 1, conforme exigido no edital, apresentado somente no credenciamento.**

Com relação à esta exigência, veja-se que o edital, *em seu Anexo X*, exigiu a apresentação dos seguintes documentos para cadastro prévio da empresa:

### **“Informações para cadastro:**

*Para participação nesta tomada de preços, os interessados deverão comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Presidente Olegário MG, situada na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, no período correspondente à data da publicação deste instrumento convocatório até o 3º (terceiro) dia anterior à data de abertura, munidos dos documentos descritos abaixo:*



**JACQUELINE DE  
PAULA BARBOSA  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

*O licitante que desejar enviar a documentação para o cadastro via e-mail poderá fazê-lo, desde que seja confirmado o recebimento do referido e-mail por membro da Comissão de Licitação, sendo que é de inteira responsabilidade do licitante que tais documentos cheguem dentro do prazo.*

***Habilitação jurídica:***

*I - prova de registro comercial, no caso de empresa individual ou do ato constitutivo — estatuto ou contrato social em vigor - devidamente registrado no órgão competente, tendo dentre seus objetivos sociais as atividades típicas e exclusivas da propaganda e como tal definidas na Lei 4.680/65, no seu Decreto Regulamentador N° 57.690/66. No caso de sociedade por ações, deverá ser apresentado, ainda, documento de eleição de seus administradores; os documentos deverão estar acompanhados da última alteração ou serem apresentados de forma consolidada;*

*II - comprovação da publicação no Diário Oficial dos atos constitutivos para atender ao item anterior, quando se tratar de sociedade por ações;*

*III - inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.*

**Regularidade Fiscal:**

**I. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ, no prazo de validade.**

*II. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta concorrência;*

*III. Comprovação de Regularidade perante as Fazendas:*

- a) Fazenda Federal e INSS;*
- b) Fazenda Estadual;*
- c) Fazenda Municipal;*

*IV. Prova de regularidade concernente a:*

- a) FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço);*
- c) CNDT (débitos trabalhistas).*

***V. Qualificação Técnica***

*Atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público, que ateste a execução/expertise para:*

- (i) Apuração e acompanhamento do VAF;*
- (ii) Elaboração de impugnações/recursos aos índices publicados com obtenção de êxito no incremento do VAF;*



(iii) *Prestação de serviços de assessoria e consultoria tributária municipal, contemplando a elaboração de leis municipais, decretos e atos normativos, revisão do Código Tributário Municipal, elaboração de atos inerentes a processos fiscalizatórios; levantamento e análise da base tributável ISS, ITR, ITBI, IPTU e taxas municipais; emissão de orientações e treinamento em matéria tributária fiscal;*

(iv) *O vínculo do corpo técnico deve ser comprovado por meio:*

*Do contrato social, no caso de sócios ou*

*De registro na Carteira de Trabalho, no caso de empregados.*

*Contrato com profissional de prestação de serviços, ou ainda, de declaração de contratação futura do profissional responsável, com anuência deste;"*

Cumprindo estas exigências, a Recorrente **enviou toda a documentação listada acima dentro do prazo e dentre as documentações estavam a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ, no prazo de validade.**

Além disso, a Recorrente **juntou novamente na fase de credenciamento o cadastro CNPJ (fls. 179) e na fase de habilitação juntou o CRC emitido por este Município (fls. 341), demonstrando que atendeu a todos os requisitos de habilitação, já que no momento do cadastro, a Administração solicita os mesmos documentos exigidos para a habilitação previstos na Lei 8.666/93 e no instrumento convocatório.**

Em outras palavras, **na licitação instaurada na modalidade Tomada de Preços é realizada uma análise prévia dos documentos de habilitação do licitante interessado em participar do certame.**

Sobre o CRC, a Lei 8.666/93 estabelece:

Art. 32. (...)

§ 2º **O certificado de registro cadastral a que se refere o § 1º do art. 36 substitui os documentos enumerados nos arts. 28 a 31, quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta indicado no edital, obrigando-se a parte a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.**

§ 3º **A documentação referida neste artigo poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei.**

Sendo assim, a Recorrente **não deixou de apresentar a prova de inscrição no CNPJ, pois enviou o documento para realização do cadastro e ainda, apresentou o documento novamente na fase de credenciamento e na fase de habilitação apresentou o CRC emitido por este Município.**



Com devido respeito, bastava que esta ilustre Comissão avaliasse os documentos apresentados para o cadastro, pois é parte integrante deste processo e, em sede de diligência prevista no art. 43, § 3º da Lei 8.666/93 fizesse a consulta pela internet para conferir o cartão CNPJ (que é um documento que não possui prazo de validade).

Veja-se que, embora o edital tenha exigido novamente a apresentação de cartão CNPJ, este é um vício sanável, tendo em vista que o citado documento pode ser emitido pela internet para conferir autenticidade, e como dito, não tem prazo de validade. Logo, não há dúvidas que a Recorrente cumpriu os requisitos do edital em sua totalidade, e, desse modo, deverá ser habilitada.

Nesse sentido, são diversas as decisões da jurisprudência que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de em caso necessário, o saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório. Em suma, o formalismo moderado se relaciona com a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos na Lei de Licitações que a busca da proposta mais vantajosa para a Administração e ampliação da competitividade, nos termos do art. 3º.

Nesse sentido o TCU:

(v) “No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados”. (Acórdão 357/2015-Plenário).

(vi) *“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.”* (Acórdão 2302/2012-Plenário)

Na mesma linha a jurisprudência:

(vii) (...) PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. PREPONDERÂNCIA DO PRINCÍPIO DA BUSCA PELA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.





(viii) Apontamentos com fundamento em formalidades excessivas sucumbem diante da preponderância do princípio da busca pela obtenção da maior vantagem para as contratações da administração pública. Observados os princípios da razoabilidade e da instrumentalidade das formas, bem como o interesse público, é de ser reconhecida a legalidade da habilitação da impetrante. (...) afigura-se descabida a inabilitação da apelante, sob pena de cancelar-se formalismo excessivo, em detrimento à proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

(ix) (...) Apesar da formalidade que permeia o processo licitatório, não se mostra razoável que mera irregularidade seja suficiente para excluir do certame a impetrante, haja vista que a licitação deve dar-se sempre na busca da oferta mais vantajosa à Administração. 3. O formalismo exacerbado pode gerar danos não só ao Estado como às concorrentes, razão porque, o princípio do procedimento formal merece ser relativizado.

(x) (...) Impossibilidade de inabilitação, com base em formalismo excessivo na interpretação do edital, sob pena de afastamento de proposta mais vantajosa à Administração Pública.<sup>1</sup>

Logo, caso haja alguma falha formal no certame, poderá a Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos do art. 43, §3º da Lei 8666.93:

“§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

Na mesma linha o edital:

“14.2 É facultado à Comissão e à Autoridade Superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

“14.3 A Comissão é soberana para resolver os casos omissos, aplicando-se o disposto na Lei nº 8.666/93, princípios aplicáveis à licitação, subsidiariamente normas de Direito Civil.”

<sup>1</sup> Precedentes do TJRS. Sentença concessiva da segurança mantida. SENTENÇA MANTIDA EM REMESSA NECESSÁRIA. UNÂNIME. (Reexame Necessário, Nº 70072599525, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Denise Oliveira Cezar, Julgado em: 29-06-2017).

SENTENÇA CONFIRMADA EM REMESSA NECESSÁRIA. (Remessa Necessária Cível, Nº 70081754871, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sergio Luiz Grassi Beck, Julgado em: 31-07-2019).

Precedentes. APELAÇÃO DESPROVIDA, UNÂNIME (Apelação Cível, Nº 70081870594, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em: 28-08-2019).



No entanto, nenhuma destas condutas foram adotadas pela Presidente da Comissão que é a responsável pela condução do certame e deve agir com zelo em conformidade com as regras legais e princípios norteadores da licitação, a fim de ampliar a competitividade do certame.

Ressalta-se que o presente caso NÃO é considerado juntada de documento novo, tendo em vista que a Recorrente apresentou o cartão CNPJ para o cadastro prévio, na fase de credenciamento e ainda, juntou o CRC emitido por este Município, sendo este último documento que atesta o cumprimento de todos os requisitos de habilitação para participar do presente certame.

Logo, a Presidente da Comissão, com o cartão CNPJ já acostado ao processo, poderia validar o documento em consulta no site da Receita Federal, inclusive, porque é um documento sem prazo de validade. A consulta seria somente para atestar CONDIÇÃO PRÉ-EXISTENTE da licitante, qual seja, inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas.

No entanto, a Recorrente foi inabilitada, mesmo atendendo a todos os requisitos do edital.

Por todo exposto, requer a revisão dos atos proferidos pela ilustre Comissão de Licitação, a aplicação do formalismo moderado e a conferência do cartão CNPJ através do portal da Receita Federal, pois é um documento que já se encontra no processo, com a consequente habilitação da Recorrente.

Na sequência, o segundo motivo de habilitação da Recorrente foi que apresentou apenas a Confirmação de Autenticidade para comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal.

No entanto, mais uma vez, não prospera a decisão de inabilitação da Recorrente, tendo em vista que o documento hábil para comprovar a regularidade perante a Fazenda Municipal das empresas sediadas no município de Belo Horizonte é a certidão apresentada às fls. 333 do processo, qual seja, confirmação de autenticidade da certidão de quitação plena pessoa jurídica.

Para tanto, bastava confirmar esta informação consultando o site da Prefeitura de Belo Horizonte (<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br/CNDOnline/?null> – quitação plena pessoa jurídica – CNPJ 18.985.386/0001-01).

Na sequência é emitido o documento auxiliar de quitação plena pessoa jurídica:



# JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

cndonline.siatu.pbh.gov.br/CNDOnline/guiaCND.xhtml - Google Chrome  
Não seguro | cndonline.siatu.pbh.gov.br/CNDOnline/guiaCND.xhtml



Prefeitura de Belo Horizonte  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA  
CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA**

**REGISTROS DE ACESSO**  
Código de Controle: **AHLLEJIPOL**  
Documento/Certidão nº: **19.364.693** Exercício: **2022**  
Emissão em: **27/06/2022** Requerimento em: **11:57:16** Validade: **27/07/2022**

Nome: **JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**  
CNPJ: **18.985.386.0001.01**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

19°C 11:58  
PTB2 27/06/2022

Após, necessário confirmar a autenticidade da certidão, pois o primeiro documento emitido é somente o auxiliar. Para tanto, basta clicar em autenticação e digitar os dados necessários para emitir o documento apresentado às fls. 333 do processo:

09/06/2022 12:24

cndonline.siatu.pbh.gov.br/CNDOnline/guiaCND2.xhtml



Prefeitura de Belo Horizonte  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria da Receita Municipal



**CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE  
CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA**

**REGISTROS DE ACESSO**

Código de Controle: **ADJJENHIIL**

Certidão nº **19.234.878** Exercício: **2022**

Emissão em: **09/06/2022**

Requerimento em: **12:22:53**

Validade: **09/07/2022**

Nome: **JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

CNPJ: **18.985.386.0001.01**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br





**Este é o procedimento para emissão de prova de regularidade junto ao Município de Belo Horizonte. Veja-se, inclusive, o texto acima atestando que a Recorrente encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal em relação aos tributos, Multas e preços inscritos ou não em dívida ativa.**

Mais uma vez, **bastava que a Comissão de Licitação usufruísse da sua prerrogativa e realizasse diligência para confirmar que a Recorrente atendeu aos requisitos de habilitação**, em especial a prova de regularidade junto à Fazenda Municipal. Porém, infelizmente, preferiu decidir de plano pela inabilitação da Recorrente em total descumprimento aos princípios da legalidade e competitividade.

Por todo exposto, requer a revisão da decisão proferida pela ilustre Comissão de Licitação com a habilitação da Recorrente para prosseguir no presente certame.

#### **4 – PEDIDOS:**

Pelo exposto, requer:

- (i) o recebimento e provimento do recurso para que seja reformada a decisão desta respeitável Comissão de Licitação, com a habilitação da recorrente;
- (ii) acaso seja mantida a decisão recorrida, o que se admite apenas por cautela, que seja remetido o processo devidamente instruído para autoridade hierárquica superior, conforme estabelece o artigo 109, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93;
- (iii) em caso de indeferimento desde já se requer vista dos autos para fins da adoção das medidas cabíveis perante o Egr. Tribunal de Contas do Estado e/ou judiciário.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 27 de junho de 2022.

JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CNPJ 18.985.386/0001-01